



A favor da convergência



serviços ao País em assuntos de defesa civil.

ENTREVISTA

Condecorado em novembro com a Medalha Defesa Civil Nacional, o professor da Esalq Marcos Sorrentino afirma que a ação conservacionista deve ser feita tendo em vista tanto a defesa dos bens naturais como o benefício do ser humano

CAIO ALBUQUERQUE

De Piracicaba

Biólogo e pedagogo, o professor Marcos Sorrentino, do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) – a centenária unidade da USP instalada em Piracicaba –, foi agraciado no dia 4 de novembro passado, em Brasília (DF), com a Medalha Defesa Civil Nacional, uma honraria dada pelo governo federal a personalidades que tenham prestado relevantes

Sorrentino trilhou sua atuação profissional na área da educação ambiental. Foi docente do Departamento de Educação da Unesp, campus de Assis, e desde 1988 atua na Esalq, onde coordena o Laboratório de Educação e Política Ambiental.

Jornal da USP – Qual o significado da Medalha Defesa Civil Nacional?

Marcos Sorrentino – Durante pouco mais de um ano estive no Ministério da Educação como assessor especial para a política ambiental do Ministério. Nesse período articulei conversas com os Ministérios da Integração, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, para que as questões referentes aos desastres naturais não ocorram apenas na instância da Defesa Civil após o desastre. O propósito é que as instâncias federais desenvolvam um trabalho educador que anteceda o desastre e possibilite que essas populações em áreas de risco estejam sintonizadas com os sistemas de alertas, com medidas de evacuação e preventivas, e possam assim minimizar os impactos e evitar a perda de vidas.

JUSP – Articulador é um traço marcante na sua maneira de agir?

Sorrentino – Ser articulador é um papel e uma missão de quem trabalha com educação. Se nós temos uma concepção de educação que não é a de depositar conteúdo na cabeça das pessoas, mas sim possibilitar que o aprendizado se instaure nas pessoas e entre elas, então o educador atua como facilitador tanto no acesso ao conteúdo quanto no fomento ao diálogo crítico, capaz de interpretar os problemas socioambientais e construir ações para a transformação desses problemas em melhores condições de vida e existenciais.

JUSP – Como ocorreu sua identificação com a esfera ambiental?

Sorrentino – Sou paulistano da zona leste, de família operária, e quando tinha 15 anos minha família se mudou para Embu das Artes. Lá descobri a importância e os benefícios que a natureza traz para a vida do ser humano. Desde então persigo a convergência da ação conservacionista em defesa dos bens naturais e as possibilidades de fazer isso em prol do ser humano.

JUSP – A educação ambiental tem em sua essência o princípio da convergência entre duas áreas do conhecimento. Essa convergência está permeada na sua formação?

Sorrentino – Sim. Já na graduação percebi que a biologia, de forma solitária, não contemplaria o comprometimento do ser humano com a dimensão conservacionista e com o que estávamos descobrindo no final da década de 1970, ainda sob vigência da ditadura. Assim, da convergência entre o campo ecológico e as questões sociais forjou-se meu agir ambientalista, tanto que ainda na década de 1970 participei do movimento em defesa da reserva de Morro Grande e da região de Caucaia do Alto, em Cotia (SP), contra a construção do aeroporto metropolitano. Em 1977 participei da criação da Associação de Proteção Ambiental de São Carlos, entidade que atua até hoje. Foi essa a forma que eu e tantos outros encontramos para atuar em prol da reconstituição da democracia no País.

JUSP – A convergência entre educação e ambientalismo ainda não está consolidada na pauta dos governos, da mídia e da comunidade científica?

Sorrentino – Em todos os campos essa convergência ainda está obnubilada, esmaecida e esquecida. A mídia aborda a questão ambiental apenas sob enfoque ecológico, emotivo ou sensacionalista e não aprofunda devidamente a conexão entre a nossa forma de organização, o modo de produção e consumo e essa degradação socioambiental que vivemos, potencializando assim os seres humanos para transformações sociais.

JUSP – O que falta para a cobertura jornalística nesse sentido?

Sorrentino – Falta abrir o espaço para o diálogo aprofundado e mostrar a relação entre a autonomia do Banco Central e a degradação socioambiental ou a relação entre o aquecimento global e o que é ensinado de biologia, de matemática na sala de aula. Faltam esses ganchos analíticos que permitam às pessoas sair da zona de conforto e compreender as causas e consequências da degradação. Falta para a mídia e para a academia. Estamos cada um na nossa caixinha, fazendo estudos aprofundados e específicos e dificilmente fomentamos o diálogo entre pesquisadores para uma compreensão ampliada dessa problemática.

JUSP – E na esfera governamental, também ocorre esse distanciamento?

Sorrentino – O governo fica refém desse comportamento isolado entre ministérios, secretarias e diretorias, não compreendendo que a solução do problema socioambiental exige a união e diálogo de todos os atores para o planejamento e a ação estruturante de solução desses problemas.

JUSP – Entre 2003 e 2008 o senhor atuou como diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Como contribuiu para aproximar as instâncias em prol da educação ambiental no País?

Sorrentino – Tive a oportunidade de colocar em prática a Política Nacional de Educação Ambiental, que foi aprovada em 1999, regulamentada em 2002 e implantada em junho de 2003 por um ato conjunto da então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do então ministro da Educação, Cristovam Buarque.

As equipes dos dois ministérios trabalharam em conjunto, um fato inédito. Assim criou-se o Programa Nacional de Educação Ambiental, com subprogramas que buscavam estruturar na sociedade uma proposta denominada coletivos de educadores socioambientalistas.



O professor Marcos Sorrentino: trajetória dedicada à educação ambiental

JUSP – Qual o principal entrave para se consolidarem políticas de educação ambiental?

Sorrentino – A nossa leitura é que a questão ambiental, atrelada ao componente da educação, exige mudanças culturais, e estas não ocorrem com ações vagalume, que acendem e apagam, ou seja, que não têm continuidade, permanência e articulação entre os atores. Só assim economizamos recursos, criamos sinergias e possibilitamos as transformações duradouras que a temática ambiental exige.

JUSP – Como a Universidade pode consolidar políticas de educação ambiental dentro da sua realidade?

Sorrentino – Equilibrando ações de extensão, ensino, pesquisa e gestão. Agora estou diante de um desafio maravilhoso, assumido pela gestão central da Universidade, que é a formação dos 17 mil servidores da USP como educadores ambientais. Para esse desafio pretendo canalizar a minha contribuição nestes anos finais de carreira.